

Campanha Global pela Educação para Moção de Políticas sobre Austeridade e Restrições da Massa Salarial do Sector Público

Contexto

São necessários mais de 69 milhões novos professores para alcançar o ODS 4 até 2030. No entanto, a austeridade e as restrições da massa salarial pública estão exacerbando a escassez global de professores.

Apesar da pandemia do COVID-19 demonstrar a natureza crítica do trabalho dos professores, os governos responderam pela redução do financiamento da educação. Os orçamentos da educação foram cortados pela metade em todos os países e em dois terços pelos países de renda baixa e renda média-baixa. Além disto, o Fundo Monetário Internacional continua a orientar os países mutuários a limitar os gastos em serviços públicos, incluindo educação, e cortar ou congelar a massa salarial do sector público.

A pesquisa em 15 países revelou que os cortes do FMI somaram quase US\$ 15 milhões. Isto equivale a cortar mais de 3 milhões de professores do ensino primário. Nestes 15 países, apenas um aumento de um ponto no percentual do PIB gasto na massa salarial do sector público permitiria o recrutamento de 8 milhões de novos professores, mais ou menos a suprir toda a carência de professores.

A imposição de restrições à massa salarial do sector público bloqueia o recrutamento de novos professores que são necessários e limita os salários já baixos dos trabalhadores da educação. Isto resulta em salas de aula superlotadas, proporção alta de alunos-professores, professores com cargas de trabalho difíceis de controlar e uma profissão que não é atraente para os jovens.

As condições de trabalho do professor são as condições de aprendizagem do aluno. Portanto, é essencial que o FMI acabe com as restrições da massa salarial pública e que os governos invistam num recurso suficiente de professores bem treinados e qualificados para garantir uma educação de qualidade para todos.

É hora de reconhecer que os professores não são um custo, mas um investimento crucial para uma educação de qualidade. É hora de acabar com o uso categórico das restrições da massa salarial do sector público pelo FMI e pelos Ministérios das Finanças que bloqueiam a capacidade de recrutar mais professores (mesmo onde há falta) ou de pagar mais professores (mesmo onde os professores recebem salários baixos).

Recomendações

A CGE pede aos governos que tomem as seguintes acções:

Os governos devem implementar o conjunto completo das recomendações, conforme descrito no Apelo à Acção da Cimeira da Educação Transformadora sobre o financiamento da educação.

Os governos devem rejeitar as restrições da massa salarial pública impostas pelo FMI e, ao invés disto, estabelecer aumentos ambiciosos na massa salarial do sector público, ano após ano, financiados por reformas tributárias ousadas e progressivas, para revigorar os serviços públicos após décadas de declínio.

Os governos devem fazer do planeamento da força de trabalho a longo prazo, prever o número de recrutamentos necessários para acabar com a carência nacional de professores e fazer investimentos adequados para contratar professores treinados e qualificados suficientes para atender às proporções internacionais de alunos-professores.

Os governos devem envolver-se no diálogo social e na negociação colectiva com os sindicatos da educação para garantir que todos os trabalhadores da educação tenham salários e condições de trabalho decentes.

A CGE pede ao FMI que tome as seguintes acções:

O FMI deve indicar claramente em quais países, como e quando deixará de impor os tectos salariais.

O FMI deve responder à recomendação feita no Apelo à Acção da Cimeira da Educação Transformadora para abordar obstáculos como restrições na massa salarial do sector público que impedem o aumento dos gastos em educação e políticas de defesa que permitirão um novo recrutamento significativo de professores profissionais onde houver falta.

O FMI deve realizar uma análise detalhada do Gabinete de Avaliação Independente sobre o uso das restrições do próprio FMI na massa salarial do sector público e seu impacto na educação.

O FMI deve garantir que as pessoas estejam no centro do planeamento da política macroeconómica, pois as crises globais actuais múltiplas estão a confundir o sofrimento, especialmente para os mais vulneráveis.

O FMI deve cumprir os compromissos no financiamento do Apelo à Acção feito na Cimeira da Educação Transformadora para garantir um piso nos gastos sociais para a educação e promover comunidades resilientes por meio de serviços públicos de qualidade bem financiados.

A CGE tomará as seguintes acções:

A GCE monitorará e acompanhará o financiamento da educação por meio do Observatório de Financiamento Global.

A GCE irá expor e fazer campanha contra os conselhos de política do FMI onde impactar negativamente o direito à educação e promover alternativas progressivas à austeridade.